

UM ROTEIRO PATRIMONIAL A DESCOBRIR: A TALHA RETABULAR NA DIOCESE DE LAMEGO [Portugal]

A Heritage Tour to Discover: The Woodcarved Altarpiece in Diocese of Lamego [Portugal]

CARLA SOFIA FERREIRA QUEIRÓS¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i2p448>

RESUMO²

Determinante na valorização histórica e cultural de um país, o turismo assume, cada vez mais, um papel crucial na identidade de um povo. Numa região em que a paisagem é património mundial e também a primeira região demarcada do mundo, o Douro, procuramos dar a conhecer um património frequentemente esquecido, a talha dourada, e estabelecer um roteiro ou percurso retabular. Assumindo um papel dominante na leitura que os fiéis fazem de toda a cenografia que lhes é posta diante dos olhos, à qual não podem ficar indiferentes, concebido para servir de enquadramento às imagens, o objetivo do retábulo é cativar os sentidos, funcionando como o melhor veículo transmissor da mensagem catequética e pedagógica que a Igreja Católica, saída do Concílio de Trento, encontrou para expressar a sua Fé, e acabando por se tornar na estrutura cenográfica preferencial, na qual a Igreja deteve a sua maior preocupação. Comum por todo o mundo ibérico, apesar de se manifestar de forma diferenciada, o retábulo de talha dourada contribui de forma significativa para a afirmação de uma época e de uma identidade, o que o distingue de muitas outras artes. É através da partilha e vivência do património que entenderemos, seguramente melhor, quem fomos, quem somos e para onde caminhamos, tal como os nossos antepassados que, ciosos de um Estado autêntico, rico é certo, em algumas épocas, mas também passando por graves dificuldades económicas, políticas e financeiras, nunca perderam a sua identidade cultural; bem pelo contrário, construíram-na, reconstruíram-na, reabilitaram-na e preservaram-na. A diocese de Lamego, situada na sub-região do Douro e próxima dos rios Douro, Côa, Távora e Paiva, estendendo-se de Cinfães a Vila

448

¹ **Carla Sofia Ferreira Queirós** – Doutora. Professora Assistente Convidada na Unidade Técnico-Científica de Estudos Culturais e Sociais, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal. Currículo: <http://orcid.org/0000-0001-8885-9394> E-mail: carlaqueiros@ese.ipp.pt

² **Processo Editorial:** Recebido: 2 MAR 19; Aceito: 20 JAN 20.

Nova de Foz Côa, é fundamental para o desenvolvimento turístico, já que quem a visita, em primeira instância, tem como finalidade desfrutar da paisagem e saborear o vinho, mas acaba por se deixar envolver por todas as manifestações culturais que abrangem o património material e imaterial. Um roteiro de meditação, de contemplação, de exercício e degustação.

PALAVRAS CHAVE

Turismo. Património. Talha. Retábulo. Diocese. Lamego, Douro, Portugal

ABSTRACT

Determinant in the historical and cultural development of a country, tourism is increasingly a crucial role in the identity of a people. In a region where the landscape is a world heritage site and also the first demarcated region of the world, the Douro, we seek to inform a frequently forgotten heritage, the gilded woodcarving, and establish a roadmap or altarpiece route. Assuming a dominant role in reading the faithful do all the scenery that they are set before the eyes, which can't remain indifferent, designed to serve as a framework to images, the goal of the altarpiece is to captivate the senses, functioning as the best transmitter vehicle of catechetical and pedagogical message that the Catholic Church, output from the Council of Trent, met to express their faith, and eventually become the preferred scenic structure in which the Church held their biggest concern. Common throughout the Iberian world, despite manifest differently, the gilded altarpiece contributes significantly to the affirmation of an age and identity, which distinguishes it from many other arts. It is through sharing and living heritage we understand, surely better, who we were, who we are and where we are going, just like our ancestors who, proud of an authentic state, rich is certain, at some times, but also pass through serious economic, political and financial difficulties, never lost their cultural identity; on the contrary, they built it, rebuilt it, rehabilitated it and preserved it. The Diocese of Lamego, located in the Douro sub-region and close to the Douro, Côa, Távora and Paiva rivers, extending from Cinfães to Vila Nova de Foz Côa, is elementary for tourism development, once the visitors in first instance, aims to enjoy the scenery and taste the wine, but ends up being involved in all the cultural events that include the tangible and intangible heritage. A meditation tour, contemplation, exercise and tasting.

KEYWORDS

Tourism. Heritage. Gilded Woodcarving. Altarpiece. Diocese. Lamego, Douro, Portugal.

INTRODUÇÃO

O turismo cultural ocupa, cada vez mais, um papel determinante na economia e desenvolvimento de um país. Se reduzirmos a escala e nos colocarmos na dimensão local, rapidamente nos apercebemos da sua importância para o crescimento dos municípios. Desempenhando uma função crucial no progresso e crescimento das regiões menos urbanizadas e afastadas dos grandes centros urbanos, mais atrativos pelo variado leque de oportunidades

que oferecem, o turismo contribui para a criação de novas empresas, para a dinamização de outras e para o desenvolvimento da economia local.

Os turistas que hoje visitam os mais variados sítios têm interesses muito distintos, daqueles que, nas décadas de 80 e 90 do século XX, tudo queriam ver e consumir, apenas para dizer que estiveram em determinados locais. O turista atual procura conhecer todos os tipos de património de forma a preencher as suas próprias lacunas e exigências culturais. O interesse pela herança patrimonial, pelas diversas tipologias de património, as especificidades de cada cultura, os pontos em comum que nos ligam e as diferenças que nos afastam têm-se revelado fundamentais no aprofundamento do conhecimento do Homem nas suas mais diversas manifestações como forma de melhor entendermos o presente e de encontrarmos um caminho que nos conduza a um futuro menos incerto, acabando o passado por fazer parte integrante da história de cada um.

Até ao fim do penúltimo quartel do século XVIII, a diocese de Lamego foi uma das maiores do reino, altura em que lhe foram amputados alguns territórios. Delimitadas as fronteiras, desde os finais do primeiro quartel do século XX, do bispado de Lamego passam a fazer parte duzentas e vinte e três paróquias distribuídas por catorze arciprestados (Queirós, 2014). Tendo como paisagem dominante o rio Douro e as suas vinhas, alguns destes arciprestados – Lamego, Armamar, Tabuaço, São João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa – integram o Alto Douro Vinhateiro, património da Unesco. Situada no centro da região Norte, entre as dioceses do Porto [oeste], Viseu [sul], Guarda [sudeste], Bragança [nordeste] e Vila Real [norte], na sub-região do Douro e próxima dos rios Douro, Távora, Côa e Paiva, tendo o Douro uma importância capital na chegada à cidade de Lamego de artistas de outras regiões do país e desta cidade para outras zonas do bispado, a diocese de Lamego demonstrou ser uma região de absorção de novos conceitos artísticos e estéticos vindos de fora, mas também uma região difusora de uma gramática decorativa local (Queirós, 2014; 2016).

O rio Douro sempre teve uma importância vital na vida destas comunidades, não só porque lhes fornecia alimento, mas também servia de via de comunicação e escoamento dos produtos locais para o Porto e outras regiões do Reino e destas para a região duriense¹. É o mesmo Douro que deixou de ser a principal estrada para escoamento de produtos, que continua a servir, hoje, de transporte de pessoas, agora com objetivos bem diferentes dos que antigamente faziam deslocar tanta gente a esta região e dela partir, rumo a outras paragens. O gigante rio vive agora das grandes embarcações repletas de turistas das mais variadas nacionalidades que todos os

anos visitam a região lamiense, ansiosos por desfrutar daquela que é uma das paisagens mais magníficas do mundo, reveladora da ação homem sobre a natureza, adaptando-se a ela, sem a destruir e, ao mesmo tempo, saborear os prestigiados vinhos das mais variadas castas que já, em 1531-1532, Rui Fernandes, natural de Lamego, feitor das lonas e bordates do Rei nos dava a conhecer na sua pormenorizada e belíssima *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas* (Dias, 1947), dedicada ao Bispo de Lamego D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos e recentemente transcrita, comentada e publicada por Amândio Barros (2012).

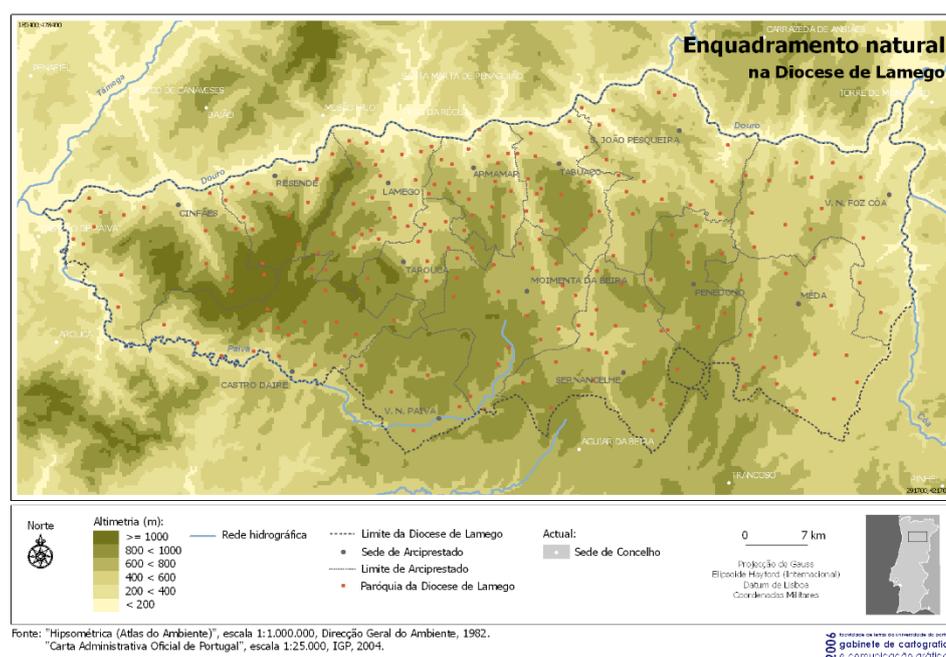


Figura 1 - Diocese de Lamego.

Fonte: Queirós, 2014, p. 23

Independentemente da escolha do meio que nos permita chegar à diocese de Lamego, não conseguimos ficar indiferentes à imensidão da paisagem, de cortar a respiração. Caminhando por entre o azul e o verde, percorrendo serras, montes e vales, entre o denso arvoredo de pinheiros, pomares, cerejeiras, figueiras, vinhas, soutos, oliveiras e amendoeiras, por entre povoados dispersos em aldeias recônditas, deparamos com uma riqueza patrimonial tantas vezes esquecida e outras tantas à mercê de indigentes, fruto não só do desleixo das autoridades competentes, mas também da falta de informação e comunicação entre estas e as populações. Falamos do património retabular em talha dourada, essas gigantescas estruturas em madeira entalhada, dourada e policromada que enaltecem ermidas, capelas, igrejas paroquiais e

conventuais espalhadas de Cinfães a Vila Nova de Foz Côa e que marcam uma época, uma doutrina e uma nova espiritualidade.

A ESPIRITUALIDADE BARROCA

Após a publicação e afixação das 95 teses de Martinho Lutero na porta da igreja do castelo de Wittenberg, em 1517, que dá início à Reforma Protestante, reagindo contra a doutrina da igreja católica, sobretudo, contra as indulgências, a Europa do século XVI debate-se com lutas constantes entre católicos e protestantes, já que as ideias luteranas rapidamente se espalham graças à imprensa. Em resposta aos avanços dos hereges e na tentativa de pôr cobro ao Protestantismo, o Papa Paulo III convoca o Concílio de Trento, em 1542, “para aumento da Fé, e Religião Christã, para extirpação das heresias, para paz, e união da Igreja, para reformação do Clero, e povo Christão, e para abatimento, e extincção dos inimigos do povo Christão” (Reycend (1781) apud Queirós, 2002, p. 42). Abrindo as portas no dia 13 de dezembro de 1545, foi interrompido por duas vezes, embora tenha continuado o seu programa até 1563, já sob a orientação do Papa Pio IV.

Considerado um dos eventos mais importantes do século XVI, quer no campo da doutrina, quer no campo da reforma da Igreja Católica, este concílio tridentino encerrou os seus trabalhos com a XXV Sessão, a nona sob presidência do Papa Pio IV, que teve início a 3 de dezembro de 1563 e fim a 4 do mesmo mês, com diretrizes muito singulares no que toca à imagética. Embora este concílio proíba a idolatria, reitera a importância das imagens, sobretudo, que se “instruão diligentemente os Fiéis primeiramente da intercessão dos Santos, sua invocação, veneração das Relíquias, e legitimo uso das Imagens [...] estabelece o Santo Concilio, que ninguem possa collocar, nem procurar se colloque Imagem alguma extraordinaria em lugar algum, ou Igreja, ainda isenta, sem ser approvada pelo Bispo” (Reycend, 1781, p. 157). Estas diretrizes, insuficientes para a elaboração de um apertado código artístico que servisse os interesses da Igreja Católica contra-reformista para combater a heresia, foram, posteriormente, complementadas por diversos textos que lhes deram forma e as puseram em prática, constituindo a fundamentação teórica e as bases de orientação dos artistas e encomendadores.

Após o encerramento do Concílio de Trento, as diretrizes foram enviadas pelo Papa a todos os bispos do mundo católico e postas em prática, em Portugal, por meio das Constituições Sinodais dos Bispados. Em Lamego coube ao Bispo D. Miguel de Portugal a sua execução, convocando um Sínodo em 1639 com o objetivo de reformar as antigas constituições diocesanas publicadas em 1563, antes do encerramento do Concílio de Trento. A estética contrarreformista evoluiu em

virtude da nova corrente artística emergente, o barroco, tendo sido determinantes para isso as cátedras pontifícias de Paulo V e Urbano VIII. Sob estes pontificados, as imagens passam a ser usadas como ferramentas de persuasão dos fiéis. O barroco torna-se, a partir de finais do século XVI, a linguagem preferida não só da Igreja Católica Triunfante saída do Concílio de Trento, mas também das dinastias absolutistas dominantes que usam a arte como meio de propaganda política, por um lado, mostrando a sua total conviência e subserviência com a Santa Sé, legitimando, ao mesmo tempo, o seu poder e, por outro lado, através de toda a cenografia e teatralidade da arte barroca, exibem a autoridade e a estabilidade da sua nação e governo.

Determinantes na nova leitura do espaço sacro contra-reformista, funcionando como pontos estratégicos na cativação do olhar dos fiéis, estruturas elaboradas às quais os crentes não podiam ficar indiferentes, acabando por participar ativamente em todo o cerimonial litúrgico imposto pela nova liturgia tridentina, os retábulos tornaram-se na estrutura cenográfica mais dinâmica da Igreja Católica pós Trento e onde esta deteve a sua maior preocupação, constituindo o melhor veículo transmissor da mensagem catequética e pedagógica. A hierarquia e a disposição na colocação dos altares e das imagens acentua o carácter didático da mensagem que se pretende transmitir, a que se junta o dourado das estruturas e toda a simbologia do ouro, o mais precioso dos metais, o mais perfeito, símbolo da luz, do sol e da perfeição absoluta, a que a Igreja Católica recorreu para aumentar a sua espiritualidade.



Figura 2 - Cinfães. Igreja de São Pedro, Ferreiros de Tendais. Vista geral.

Fonte: Arquivo da autora (2004).

Concebidos para servir de enquadramento às imagens de Cristo, da Virgem e dos Santos com a pretensão de captar audiências e aumentar as práticas piedosas, sensibilizando e seduzindo os

fiéis e convertendo os hereges, despoletando emoções de alegria e de dor, estas máquinas retabulares funcionam como elemento de ligação entre a Terra e o Céu, entre uma vida de pecado e a salvação da alma a que se aspira, espelhando a doutrina tridentina, patente nas invocações e na iconografia ao serviço da Fé Católica (Queirós, 2016).



Figura 3 - Lamego. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Cepões. Retábulo-mor.
Fonte: Arquivo da autora (2004).



Fig. 4 - Resende. Igreja de São Pelágio, Ovadas. Retábulo-mor.
Fonte: Arquivo da autora (2004).



Fig. 5 - Castro Daire. Igreja de Santa Maria, Cabril. Retábulo-mor.
Fonte: Arquivo da autora (2004).

Nesta ação catequética e evangelizadora protagonizada pelos retábulos estiveram envolvidas, no processo da sua criação, diversas pessoas desde os encomendadores, aos responsáveis pelos riscos até aos artistas que trabalharam as madeiras. Um imenso e diversificado grupo que, ao serviço da Fé, nos legou uma herança cultural imensa, imbuída de significado, e que acabou por gerar um roteiro de contemplação, a que não podemos ficar alheios, nem devemos cruzar as mãos face às constantes mutilações a que estão sujeitas estas obras de arte.

DA ENCRUZILHADA DAS GENTES AO LABIRINTO DO OURO

Procedentes de outras dioceses e à procura de um mercado de trabalho menos saturado, influenciados pelos modelos que circulavam nos grandes centros produtores de arte e difundidos por todo o território nacional, estes homens deslocavam-se em grande número, adaptando-se às condições específicas de cada região, nomeadamente, à clientela, à matéria-prima e aos artífices locais, difundindo os modelos adotados nas grandes cidades, influenciando os mercados locais ou interpretando à sua maneira estes exemplos, ocasionando adulterações, muitas delas originais e criativas e outras onde a genialidade artística ficou muito aquém, permitindo, desta forma, afirmar a existência de escolas regionais de talha como é o caso da que funcionava em Lamego, sobretudo, no período nacional, dada a quantidade e as semelhanças estilísticas dos retábulos desta época (Queirós, 2016).

Até ao início do segundo quartel do século XIX, a migração de mão de obra, na diocese de Lamego, deu-se em quatro áreas e vagas distintas: a primeira vaga de mobilidade distingue-se pela vinda de artistas de outras dioceses do país, sobretudo, Braga e Porto, de onde chegavam arquitetos, riscadores, pedreiros, entalhadores, imaginários, ensambladores, estofadores, pintores e douradores e, em menor número, de Lisboa; a segunda inscreve-se no seio do próprio bispado e é caracterizada por artistas vindos das diversas zonas da diocese de Lamego, mas que salvo raras exceções arrematam obras próximas da área em que residem; na terceira, aferimos a existência de um número considerável de artistas oriundos do aro ou arceprelado de Lamego e da própria cidade; e na quarta, constatámos a circulação de artistas procedentes de outras regiões de Portugal e da vizinha Espanha (Queirós, 2016).

Miguel Francisco da Silva, António Gomes, Domingos Nunes, António Coelho, Luís Pereira da Costa, António Mendes Coutinho, Francisco Rebelo, João Correia Monteiro, João Correia Lopes, André Soares e Frei José de Santo António Ferreira Vilaça contam-se entre os muitos que trabalharam ao serviço da diocese de Lamego na execução de retábulos (Queirós, 2002; 2014).

A pouca ou nenhuma sinalética e a deficiente acessibilidade a grande parte das paróquias do bispado lamecense, são condicionantes que não facilitam a descoberta deste vasto e riquíssimo património, dificultando o estabelecimento de rotas retabulares. Se estes problemas se colocam em possíveis rotas relativas a igrejas paroquiais, imagine-se aqueles que surgem quando pretendemos estabelecer percursos para os retábulos das capelas públicas, já para não falar das capelas privadas.



Fig. 6 - Tabuaço. Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Barcos. Retábulo-mor.
Fonte: Arquivo da autora (2004).



Fig. 7 - Sernancelhe. Igreja de São Miguel, Chosendo. Retábulo-mor.
Fonte: Arquivo da autora (2004).

Procurámos, no entanto, estabelecer um itinerário dentro de cada concelho que abranja todas igrejas paroquiais, tentando abarcar a evolução estilística dos retábulos em cada município que, de um modo geral, corresponde à circunscrição eclesiástica ou arceprelado.

O quadro geral dos retábulos indica-nos que em relação ao período maneirista as estruturas nacionais duplicaram o seu número, sobretudo, nos retábulos-mores, o mesmo não acontecendo nos retábulos joaninos. Comparativamente ao estilo nacional, os retábulos joaninos registaram um decréscimo acentuado, panorama que se repete se os compararmos com os maneiristas, exceção feita aos retábulos-mores. O segundo lugar é ocupado pelos retábulos rococós, especialmente, no que toca aos retábulos colaterais e laterais, assemelhando-se este furor ao da talha nacional, ultrapassando-a no que toca aos retábulos laterais. A grande concentração das estruturas rococós encontra-se nas zonas de Lamego e Salzedas e nos arceprelados mais a ocidente do bispado – Cinfães, Castro Daire e Resende – dada a sua proximidade com Lamego, sede do governo episcopal, com os cursos de água dos

rios Douro e Paiva que permitiam a circulação de artistas, e com a região do Porto por intermédio dos arciprestados desanexados da diocese de Lamego nos finais do terceiro quartel do século XVIIIⁱⁱ.



Fig. 8 - Vila Nova de Foz Côa. Igreja de São João Baptista, Cedovim. Retábulo-mor.
Fonte: Arquivo da autora (2004).



Fig. 9 - São João da Pesqueira. Igreja de São Bartolomeu, Paredes da Beira. Retábulo-mor.
Fonte: Arquivo da autora (2004).

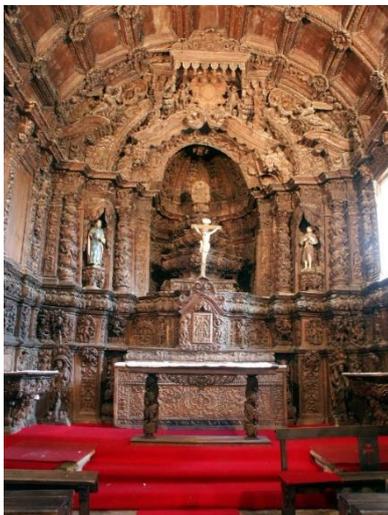


Fig. 10 - Mêda. Igreja de São Tiago, Marialva. Retábulo-mor.
Fonte: Arquivo da autora (2004).



Fig. 11 - Penedono. Igreja de São Pedro, Penedono. Retábulo-mor.
Fonte: Arquivo da autora (2004).

A BELEZA PATRIMONIAL: DO MATERIAL AO IMATERIAL

Aliada aos precários acessos, acresce a pouca notoriedade das regiões do interior intensificada pela maciça desertificação das aldeias, provocada pela escassez de oportunidades de emprego e a falta de um inventário do património cultural imaterial determinante no afastamento de grande parte do público destes locais e no parco conhecimento das suas raízes. Não só se perdem as obras, mas também as gentes e com elas, as tradições e o trabalho oficial, transmitido de geração em geração.

Apesar destes condicionalismos aguarda-nos a aventura no terreno, esperando que os gélidos invernos e os tórridos verões não impeçam esta experiência de conhecimento patrimonial profundo, mas antes nos alentem a alma investigadora e nos aproximem destas criações, permitindo-nos desfrutar da paisagem e das suas cores, dos sons, dos cheiros, e, mais do que tudo, das suas gentes e das suas tradições, muitas já esquecidas e outras tantas adormecidas e arrumadas nas memórias dos poucos que ainda as podem fazer despertar, fazendo reviver outros tempos e reabilitando outros saberes ancestrais.

Sem perder o rumo ao nosso itinerário porque não um olhar à diversidade patrimonial da diocese lamecense: das casas de granito com telhados de colmo da aldeia da Gralheira, em Cinfães, aos espigueiros da aldeia de Pendilhe, em Vila Nova de Paiva, às cavacas e falachas (Barros, 2012) de Resende, às broas de milho e às rezas proferidas durante a sua confeção, às canções entoadas pelos pastores das terras de Montemuro, às croças [indumentária de junco típica das regiões montanhosas do norte do país que servia de resguardo aos pastores], às cestas de palha e silvado, entre outras tantas manifestações culturais que muito poucos teimam em manter (Ferreira, Vaz & Machado, 2014).

O cruzamento da rota dos retábulos com outras rotas já instituídas e maduras como é o caso do Caminho Português Interior de Santiago, a Rota do Românico, a Rota do Vinho do Porto, a Rota de Cister, entre outras, poderá ser uma alternativa para dar a conhecer este património retabular e atrair turismo.

[...] não é só a memória que está em risco de se perder, é também a identidade [...] Para aqueles que já não possuem nem território nem identidade social própria, a única possibilidade que continua aberta é a reconstrução de “raízes”, de um espaço compensatório fictício no passado [...] numa tentativa de aí recriarem as diferenças que o presente já não tolera (Guillaume, 2003, p. 41).

Segundo Michel Lacroix (1997), na sua obra *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*, são as riquezas do passado e do presente que devemos transmitir às gerações futuras. O autor quer com isto significar que o futuro é incerto, a modernização avança a uma velocidade estonteante e, por isso mesmo, na salvaguarda deve proteger-se, da mesma forma, um caminho somente conhecido por aldeões como toda a paisagem envolvente classificada como património mundial. O mesmo autor fala-nos também do declínio do mito de Prometeu, sinónimo de mudança e de progresso, explicando que este não corresponde mais às aspirações dos homens, e dá-nos conta da entrada numa época nova, sob o mito de Noé, em que se torna urgente, por parte de muitos, proteger tudo o que a civilização tem de melhor, todas as suas criações, materiais e imateriais. Só é pena que estes muitos ainda não sejam suficientes para criar uma força vital na sua proteção “a única hipótese de salvaguardar a dignidade humana” (Lacroix, 1997, p.8).

Em 1997, Pierre-Laurent Frier define o património como o “conjunto de marcas ou vestígios da actividade humana que uma dada comunidade considera essenciais para a sua identidade e memória colectivas, a preservar e transmitir às gerações vindouras” (Frier, 1997, p. 23).

Em 2000, a Carta de Cracóvia estabelece que “Património é aquilo que cada comunidade elege como tal”. Partamos deste princípio para iniciar esta salvaguarda patrimonial.

Se para ‘fabricar’ este património necessitamos de percorrer determinadas etapas de patrimonialização ou de apropriação patrimonial tal como Jean Davallon referiu, primeiro descobri-lo, segundo certificá-lo pela sua autenticidade, terceiro perceber o seu simbolismo na altura da sua criação, quarto divulgá-lo e, por último, transmiti-lo às gerações futuras, então conseguimos perceber a interdisciplinaridade a que obedece o seu estudo, implicando desde logo vários setores da sociedade desde a cultura, ao urbanismo, ao ambiente e conservação da natureza, ao ordenamento do território, ao desenvolvimento regional e ao turismo, todos eles com uma responsabilidade acrescida de defender, preservar e promover o património. Cabe a todos, governo, autarquias, Igreja, escolas, empresas privadas e cidadãos em geral esta preocupação para com o património, num interesse crescente pelo seu passado, buscando incessantemente a sua identidade num mundo cada vez mais global e desigual, procurando a coesão social e o desenvolvimento socioeconómico da sociedade em que se inserem.

CONCLUSÃO

A colaboração e cooperação entre todos nas mais diversas áreas em prol de um projeto comum é importante e determinante para a sobrevivência deste património retabular e de outras

tipologias patrimoniais, podendo por cobro às muitas atrocidades que ainda hoje se vão verificando, sobretudo, nas paróquias mais afastadas dos grandes centros urbanos, quer pelo difícil acesso, quer pelo desconhecimento total ou parcial da sua existência e riqueza, quer pelo desleixo a que grande parte das vezes estes sítios estão votados, constituindo, ao mesmo tempo, um estímulo à economia, com a criação de outros circuitos de valorização cultural e patrimonial que possam ligar-se aos então existentes e já bem sedimentados, atraindo novos empregos e a fixação de pessoas a estes territórios como guardiões desta vastíssima herança.

BIBLIOGRAFIA

- Barros, A.J.M. (2012). *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas, 1531-1532*, ed. 1, Casal de Cambra: Caleidoscópio/Direcção Geral de Cultura Norte.
- Davallon, J. (2002). Comment se fabrique le patrimoine? *Magazine Sciences Humaines, Hors Serie*, 36, 74-77.
- Dias, A. (1947). *Lamego do século XVI*, s.l., Edições Beira Douro.
- Ferreira, D.F.; Vaz, F.C. & Machado, J.N. (2014). *Serra. Património imaterial do Tâmega e Sousa*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Frier, P.-L. (1997). *Droit du patrimoine culturel*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Guillaume, M. (2003). *A política do património*. Porto, Portugal: Campo das Letras.
- Lacroix, M. (1997). *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Queirós, C.S.F. (2002). *Os Retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional. 1680-1780*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
- Queirós, C.S.F. (2014). *Retábulos do Bispado de Lamego. Séculos XVII-XVIII*. Porto: Afrontamento/Autora.
- Queirós, C.S.F. (2016). A ação mecenática e o percurso dos artistas na construção do circuito retabular da diocese de Lamego entre os séculos XVI e XVIII. In Ana Celeste Glória (coord.). *O Retábulo no espaço ibero-americano: forma, função e iconografia*. pp. 299-312. Lisboa: Instituto de História da Arte. [Link](#)
- Reycend, J.B. (1781). *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez: dedica, e consagra aos Excellentissimos, e Reverendissimos Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana*, Tomo I e II. Lisboa: Officina Patriarchal de Francisco Luiz Ameno.

NOTAS

ⁱ Sobre este assunto ver Dias, A. (1947). *Lamego do século XVI*, s.l., Edições «Beira Douro». Cfr. Barros, A.J.M. (2012). *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas, 1531-1532*, ed. 1, Casal de Cambra, Caleidoscópio/Direcção Geral de Cultura Norte. Nesta edição, para além da transcrição atualizada e crítica do texto de Rui Fernandes, um manuscrito pertencente à Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob o n.º 547, Amândio Barros faz-nos um extenso e profundo estudo introdutório sobre a região e sobre o próprio autor do manuscrito.

ⁱⁱ Sobre a dispersão geográfica dos retábulos no bispado de Lamego, a mobilidade dos artistas e a gramática decorativa ver Queirós, C.S.F. (2014). *Retábulos do Bispado de Lamego*, 27-63, 67-92 e 129-156.